MOVIMENTO UNIFICADO DOS SERVIDORES/RS

CARTA ABERTA À SOCIEDADE GAÚCHA

Trabalhadores(as) e cidadãos(às) gaúchos. A seguridade social é preceito constitucional e representa a possibilidade de vida digna a todos e todas.

O IPERGS(INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO RIO GRANDE DO SUL) constitui-se no amparo para servidores(as) contribuintes, pensionistas, segurados(as) e dependentes deste instituto. Por isso, mantê-lo público e exigir qualidade é defender a garantia à assistência de mais de um milhão de dependentes.

Todavia, o cenário atual é de ataque à seguridade social. A Reforma da Previdência articulada à Emenda Constitucional 95, que congela os investimentos públicos nas áreas sociais por vinte anos, bem como a proposta do governo federal de desvinculação total das receitas da união, deixa explícito o massacre à classe trabalhadora, o fim da seguridade e do próprio SUS.

O projeto neoliberal, que atende ao grande capital, avança com voracidade sobre este filão de recursos que ainda se encontra sob a égide estatal, direcionando-o para o setor privado. No Rio Grande do Sul, a ofensiva dá-se na mesma linha do governo federal, atacando o sistema de Previdência e de Assistência à Saúde. O desmonte do IPE, que é o Regime Próprio de Previdência Pública dos(as) servidores(as) do Estado, já começou. O montante destes recursos será administrado por bancos privados caso a Reforma da Previdência se concretize.

Há mais de um ano, no governo Sartori, cuja base de sustentação é a mesma do governo Eduardo Leite, cuja perspectiva é da diminuição dos serviços prestados pelo Estado, promoveu e aprovou a divisão em duas autarquias: IPE-Prev e IPE-Saúde. O descaso e o desmonte seguem na mesma linha e intensidade.

A situação é caótica e, por isso, requer que façamos a denúncia, a luta intensa e radical. Até o presente momento, o governo Leite não nomeou a Diretoria do IPE-Saúde e nem o Conselho de Administração, cujos conselheiros foram indicados pelas entidades e governo em outubro do ano passado. A situação do IPE-Saúde é ainda mais grave, pois a contribuição da patronal (governo) para a saúde está atrasada em seis meses. A defasagem do quadro de pessoal apresenta estrondosos 64%, que somada à desordem administrativa, acaba acentuando a precarização e compromete a qualidade e prestação de serviços de saúde aos segurados, que somam mais de um milhão de vidas entre servidores(as) e familiares.

Este quadro de desmonte tem a clara intencionalidade de privatização do IPERGS. Exigimos do Governo Eduardo Leite que os escritórios do IPE no interior sejam mantidos abertos para a garantia de atendimento aos segurados(as), que o governo constitua a autarquia do IPE-Saúde e realize concurso público para servidores da autarquia; que garanta a oferta do IPE-Saúde de qualidade e com profissionais que atendam às necessidades dos(as) segurados(as) e dependentes; que nomeie o Conselho Administrativo do IPE-Prev; que deposite a contribuição patronal para o IPE-Saúde; e que diga não à Reforma da Previdência.

Diante disso, conclamamos a sociedade gaúcha, e em especial, os(as) segurados(as) e usuários(as) os(as) servidores(as) públicos e familiares a empunharem a bandeira na defesa do IPE PÚBLICO E DE QUALIDADE! NÃO À REFORMA DA PREVIDÊNCIA!

Porto Alegre (RS), 24 de abril de 2019.

MOVIMENTO UNIFICADO DE SERVIDORES DO RIO GRANDE DO SUL